



Confederação da Agricultura  
e Pecuária do Brasil

Informativo

# UNIÃO EUROPEIA

Edição 32 - Maio de 2016

facebook.com/canaldoprodutor

twitter.com/canaldoprodutor

canaldoprodutor.com.br

## Mercosul e União Europeia trocam ofertas para acordo de livre comércio

O mês de maio foi importante para a relação comercial entre Mercosul e União Europeia. Após 16 anos de negociações e passados 12 anos desde a primeira troca de ofertas entre os blocos, uma nova tentativa para impulsionar o comércio birregional ocorreu no último dia 11 de maio.

A proposta foi firmada pela Comissão de Comércio da UE, Cecilia Malmström, e pelo ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa, representando o país que detém a presidência pró-tempore do Mercosul. No entanto, as ofertas não corresponderam às expectativas de ambos os lados. A cobertura de comércio ofertada pelos sul-americanos é próxima de 87%, enquanto o pacote europeu é próximo de 91,5% e exclui cotas para carne bovina e etanol.

A omissão das cotas para estes dois produtos foi um golpe para o setor privado do Mercosul, que as considerava um ponto de partida para as discussões. Sabe-se que, ao deixar de fora as cotas de carne bovina que seriam concedidas ao bloco sul-americano, a Comissão Europeia cedeu às pressões do lobby dos

produtores europeus em detrimento do interesse dos seus consumidores.

A reação à oferta europeia foi imediata. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) considerou a proposta aquém da aceitável e espera que o posicionamento europeu seja revisto nas próximas tratativas entre os negociadores.

O acordo de livre comércio entre Mercosul e UE não será apenas uma possibilidade de melhor acesso ao mercado europeu. Promoverá também a redução de barreiras não tarifárias,

serviços, melhora nos procedimentos aduaneiros e de proteção da propriedade intelectual.

Para o Brasil, o momento é decisivo. O acordo é um passo fundamental para garantir a inserção internacional do agronegócio e de toda a produção nacional no comércio e nas cadeias globais de valor. O setor agropecuário é o mais competitivo da economia brasileira. Desta forma, a CNA defende e incentiva maior abertura de importantes mercados, como o europeu.



## Lobby agrícola europeu critica produtos do agronegócio brasileiro

Em um momento de avanço nas negociações entre Mercosul e União Europeia, o lobby agrícola europeu escala acusações à produção agrícola sul-americana, em especial a brasileira, por meio de artigos, reportagens e campanhas sem respaldo científico, com informações que não refletem a realidade no país. Essas ações distorcem a imagem da agropecuária brasileira para

o consumidor europeu e visam dificultar o avanço das negociações.

Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai são produtores reconhecidamente competitivos e sustentáveis. Os estabelecimentos produtivos do bloco estão sujeitos à auditoria da União Europeia e de outros países importadores, que atestam a qualidade e as condições

apropriadas dos produtos que vão para as mesas dos consumidores. Além disso, o Brasil possui uma das leis ambientais mais restritas do mundo. Os produtores brasileiros precisam estar devidamente regulamentados para exportar seus produtos para países com padrões cada vez mais exigentes.



A pesca ilegal é uma ameaça não apenas para a atividade sustentável, mas também para a conservação de recursos e para a biodiversidade marinha. As medidas previstas no acordo vão obrigar navios de pesca, nacionais ou estrangeiros, a serem submetidos a mais inspeções e ao cumprimento das regras de preservação e sustentabilidade. Dessa forma, navios ilegais enfrentarão restrições à entrada em portos, não poderão realizar desembarques de pescador e nem mesmo terão acesso aos serviços portuários. O acordo previne a entrada de peixe capturado ilegalmente em

mercados internacionais pelos portos.

A pesca ilegal representa capturas de 26 milhões de toneladas de peixe por ano, com um valor de até US\$ 23 bilhões. Além disso, prejudica substancialmente os esforços para garantir a realização de pesca sustentável em todo o mundo. O acordo deve contribuir para levar maior sustentabilidade à indústria.

Segundo o diretor-geral da FAO, José Graziano da Silva, navios de pesca desconhecidos não atracarão em países que ratificarem o acordo. Assim, os signatários deverão inspecionar

embarcações e recusar a entrada daqueles que promovem a atividade ilegal. Quem tiver permissão para entrar em portos deverá fornecer às autoridades locais informações sobre espécie e quantidade de peixes. Dessa forma, será possível controlar o registro e as licenças permitidas.

A FAO tem investido em projetos de capacitação para reforçar os controles nos portos, combater o trabalho ilegal, promover cooperação entre pescadores, autoridades portuárias, guardas costeiras e forças navais. 🌿